



PROJETO DE LEI Nº 61/2025

Dispõe sobre a transparência na fiscalização eletrônica de trânsito e determina a revisão anual dos equipamentos no município de Horizonte.

A CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, por seus representantes legais ; DECRETA:

- **Art. 1°** Esta Lei estabelece normas para transparência na fiscalização eletrônica de trânsito no Município de Horizonte.
- Art. 2° O Poder Executivo divulgará anualmente os dados sobre as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos de fiscalização de trânsito.
- § 1º Os dados serão apresentados em formato de tabela, em ordem decrescente dos equipamentos; que mais aplicaram multas, contendo:
- I- O endereço do equipamento;
- II O número de multas aplicadas em cada mês e o total anualmente;
- III- Os percentuais mensais e anuais de cada equipamento em relação ao total de multas;
- IV- Um link para acesso aos estudos técnicos que justificaram a instalação.
- § 2º Todos os dados divulgados respeitarão a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal n°13.709, de 14 de agosto de 2018), garantindo a anonimização das informações de usuários.
- **Art. 3°** O Poder Executivo realizará revisão técnica anual de todos os equipamentos eletrônicos de fiscalização, avaliando a segurança viária e a necessidade de permanência.

Parágrafo único. Cada decisão de remoção ou realocação terá sua justificativa técnica publicada com base em estudos de engenharia de tráfego.

Art. 4° O Poder Executivo publicará relatório anual sobre a aplicação dos recursos arrecadados com as multas, observando a destinação prevista no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

RECEBIDO EM:

OS 1 09 1 2025 CÁMARA MUN. DE HORIZONTE



Art. 5° O Poder Executivo deverá informar anualmente à Câmara Municipal de Horizonte sobre a destinação dos recursos arrecadados pela fiscalização eletrônica de trânsito, detalhando onde e como os recursos foram aplicados.

Art. 6° Fica criada a **Comissão de Fiscalização**, composta por representantes da Câmara Municipal, do Poder Executivo e de outra entidade da sociedade civil, com a função de acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados pela fiscalização eletrônica.

Art. 7º A Comissão de Fiscalização terá acesso a todos os relatórios e documentos necessários para verificar a correta destinação dos recursos.

Art. 8° Os equipamentos de fiscalização eletrônica deverão operar com transparência e observando os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, aos 05 dias do mês de setembro de 2025.

FATIMA TATIANA FREIRE NOGUEIRA

Vereadora



JUSTIFICATIVA

Esta proposição tem como objetivo garantir maior transparência, responsabilidade e controle social na gestão da fiscalização eletrônica de trânsito no município de Horizonte. A revisão anual dos equipamentos assegura o funcionamento correto dos aparelhos, evitando falhas que possam prejudicar os cidadãos e garantindo a eficácia das ações de fiscalização.

Ao estabelecer a obrigação do Poder Executivo de informar anualmente à Câmara Municipal sobre a destinação dos recursos arrecadados, promovemos maior transparência e controle público sobre os recursos provenientes da fiscalização de trânsito.

Além disso, a criação de uma **Comissão de Fiscalização**, formada por representantes da Câmara Municipal, do Poder Executivo e de outra entidade da sociedade civil, garante acompanhamento direto e imparcial da correta aplicação desses recursos, reforçando a fiscalização social e fortalecendo a confiança da população na administração pública.

Com este projeto, busca-se unir eficiência na fiscalização de trânsito, responsabilidade na gestão dos recursos e transparência para a população, promovendo um trânsito mais seguro e uma administração pública mais ética e responsável.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, aos 05 dias do mês de setembro de 2025.

FATIMA TATIANA FREIRE NOGUEIRA

Vereadora

RECEBIDO EM:

OS 109 12025 CÁMARA MUN. DE HORIZONTE

CAMARA MUN. DE HORIZONTE